



ACÓRDÃO Nº1257/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12228/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado de Assistência Social-SEAS
- 4- **Exercício:** 2021
- 5- **Responsável:** Sra. Maricília Teixeira da Costa, Sra. Alessandra Campelo da Silva e Sra. Kely Patricia Paixão Silva
- 6- **Advogado:** John Elyston de Souza Altmann - OAB/AM 13708
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2992/2023-MPC-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Assistência Social-SEAS . Exercício de 2021.

*Regularidade. Regularidade com ressalvas.
Quitação. Recomendação. Determinação.
Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual da **Secretaria de Estado de Assistência Social-SEAS**, referente ao **exercício financeiro de 2021**, de responsabilidade da **Sra. Maricília Teixeira da Costa**, Secretária no período de 01/01/2021 a 17/03/2021, e da **Sra. Alessandra Campelo da Silva**, Secretária no período de 18/03/2021 a 31/12/2021, nos termos do art. 22, inciso I, e art. 23 da Lei nº 2.423/96 (LO-TCE/AM) c/c art. 188, § 1º, inciso I, da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM);
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da **Secretaria de Estado de Assistência Social-SEAS**, referente ao **exercício financeiro de 2021**, de responsabilidade da **Sra. Kely Patricia Paixão Silva**, Secretária Executiva no período de 15/09/2021 a 31/12/2021, nos termos do art. 22, inciso II, e art. 24 da Lei nº 2.423/96 (LO-TCE/AM) c/c art. 188, § 1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM);



ACÓRDÃO Nº1257/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Dar quitação à Sra. Maricília Teixeira da Costa**, Secretária no período de 01/01/2021 a 17/03/2021, nos termos do art. 23 e art. 72, inciso I, da Lei nº 2.423/96 (LO-TCE/AM) c/c o art. 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM);
- 10.4. Dar quitação à Sra. Alessandra Campelo da Silva**, Secretária no período de 18/03/2021 a 31/12/2021, nos termos do art. 23 e art. 72, inciso I, da Lei nº 2.423/96 (LO-TCE/AM) c/c o art. 189, inciso I, da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM);
- 10.5. Dar quitação à Sra. Kely Patricia Paixão Silva**, Secretária Executiva no período de 15/09/2021 a 31/12/2021, nos termos dos art. 24 e art. 72, inciso II, da Lei nº 2.423/96 (LO-TCE/AM) c/c o art. 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM);
- 10.6. Recomendar à atual gestão da Secretaria de Estado de Assistência Social-SEAS** que:
- 10.6.1.** Nos processos licitatórios em andamento, ou que venham a ser instaurados, observe a **obrigatoriedade de definir, tanto no edital quanto nos contratos, o critério a ser utilizado para reajustamento de preços**, em atenção à Lei de Licitações e Contratos, bem como à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União;
- 10.6.2.** Verifique a possibilidade e viabilidade de **promover alteração do Sistema de Controle de Concessão de Adiantamentos (CCA)** para que se **incluam as informações mínimas exigidas no art. 4º do Decreto nº 42.655/2020**.
- 10.7. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno-Sepleno que adote as providências previstas no art. 162 da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM), dando ciência às Responsáveis, **Sra. Maricília Teixeira da Costa, Sra. Alessandra Campêlo da Silva e Sra. Kely Patrícia Paixão Silva**, por intermédio de seu patrono, acerca do teor do presente *decisum*, encaminhando-lhes cópia do Relatório/Voto e do sequente Acórdão;
- 10.8. Arquivar** os presentes autos, após o cumprimento integral do presente decisório, nos termos e prazos regimentais.



ACÓRDÃO Nº1257/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 28 de Junho de 2023.
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente votou), Mario Manoel Coelho de Mello, Luís Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral